



ESTADO DE GOIÁS

DECRETO Nº 10.125, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

Altera o Regulamento da Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária – EMATER, aprovado pelo [Decreto nº 9.527](#), de 7 de outubro de 2019.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, nos termos do disposto no art. 57 da [Lei nº 20.491](#), de 25 de junho de 2019, e tendo em vista o que consta do Processo nº 202112404001090,

DECRETA:

Art. 1º O Regulamento da Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária – EMATER, aprovado pelo [Decreto estadual nº 9.527](#), de 7 de outubro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art 8º

I – coordenar as atividades de gestão de pessoas, de compras governamentais, do patrimônio, a execução da contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial, os serviços administrativos e de logística, as rotinas de planejamento, a tecnologia da informação, a difusão de tecnologias e as ações de capacitação do Centro de Tecnologia e Capacitação – CENTRER, bem como dar suporte operacional às atividades correlatas;

.....

III – gerir os recursos materiais e os serviços necessários ao perfeito funcionamento da entidade, bem como os espaços físicos do CENTRER;

.....

XXI – gerir as atividades desenvolvidas no CENTRER para promover a capacitação e a difusão de tecnologias nas áreas de atuação da EMATER aos produtores rurais, aos servidores estaduais e aos demais profissionais das referidas áreas de atuação;

XXII – coordenar a instauração e o julgamento do processo de responsabilização de que trata o art. 8º da [Lei nº 18.672](#), de 13 de novembro de 2014;

XXIII – zelar pela aplicação da Lei Federal nº 12.527 (Lei de Acesso à Informação), de 18 de novembro de 2011, e da [Lei nº 18.025](#), de 22 de maio de 2013, como autoridade de monitoramento da entidade; e

XXIV – assumir competências correlatas.

Parágrafo único. Além das competências constantes do *caput*, compete à Diretoria de Gestão Integrada exercer as funções de organização, coordenação e supervisão do CENTRER e das seguintes unidades:

.....” (NR)

“Art 22

.....
XVII – observar, divulgar e cobrar o cumprimento do Código de Ética e Conduta Profissional do Servidor e da Alta Administração;

XVIII – observar, divulgar e cobrar as regras estabelecidas pelo Programa de *Compliance* Público, na execução e na disseminação de uma cultura de ética, transparência, responsabilização e gestão de riscos em todos os processos e atividades da entidade;

XIX – identificar e gerir os riscos dos processos organizacionais e de programas de governo nos seus respectivos âmbitos de atuação, com a atenção nos prejuízos que possam causar;

XX – monitorar a efetividade dos controles para o tratamento dos riscos sob sua responsabilidade, com a atenção no apetite pelo risco e na tolerância ao risco definidos pela entidade;

XXI – reportar, em relatórios periódicos de gerenciamento de riscos, ao Comitê Setorial de *Compliance* a evolução do gerenciamento dos riscos sob sua responsabilidade; e

XXII – desempenhar outras competências decorrentes do pleno exercício do cargo e as que lhes forem atribuídas por seu superior hierárquico.” (NR)

“Art 27

I – supervisionar, coordenar, acompanhar as atividades de gestão de pessoas, de compras governamentais, do patrimônio, a execução da contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial, bem como os serviços administrativos e de logística, as atividades de planejamento, tecnologia da informação, a difusão de tecnologias e as ações de capacitação do CENTRER e dar suporte operacional às demais atividades;

.....

III – promover e assegurar os recursos materiais e os serviços necessários ao perfeito funcionamento da entidade e promover a gestão dos espaços físicos do CENTRER;

.....

XIV – gerir e coordenar as atividades desenvolvidas no CENTRER;

XV – promover a implementação do Programa de *Compliance* Público, em consonância com as diretrizes dos órgãos de orientação e controle;

XVI – decidir quanto à instauração e ao julgamento do processo de responsabilização de que trata o art. 8º da [Lei estadual nº 18.672](#), de 2014;

XVII – supervisionar a aplicação da Lei federal nº 12.527 (Lei de Acesso à Informação), de 18 de novembro de 2011, e da [Lei estadual nº 18.025](#), de 22 de maio de 2013, como autoridade de monitoramento da entidade; e

XVIII – desempenhar outras atribuições decorrentes do pleno exercício do cargo e as que lhe forem atribuídas por seu superior hierárquico.” (NR)

“Art 30

.....

XIX – zelar pela boa administração pública, com a atenção nos princípios e nas diretrizes do Programa de *Compliance* Público, para promover uma cultura de ética, transparência, responsabilização e gestão de riscos;

XX – cumprir, divulgar e disseminar os dispositivos, as recomendações e os princípios do Código de Ética e Conduta Profissional;

XXI – identificar e gerir os riscos dos processos organizacionais e de programas de governo nos seus respectivos âmbitos de atuação, com a atenção nos prejuízos que possam causar;

XXII – monitorar a efetividade dos controles para o tratamento dos riscos sob sua responsabilidade, com a atenção no apetite pelo risco e na tolerância ao risco definidos pela entidade;

XXIII – propor e implementar, quando eles forem necessários, novos controles internos para o tratamento dos riscos sob sua responsabilidade;

XXIV – reportar, em relatórios periódicos de gerenciamento dos riscos, ao Comitê Setorial de *Compliance* a evolução do gerenciamento dos riscos sob sua responsabilidade; e

XXV – desempenhar outras atribuições decorrentes do pleno exercício do cargo e as que lhes forem atribuídas por seus superiores hierárquicos.” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 3 de agosto de 2022; 134º da República.

RONALDO CAIADO
Governador do Estado

Este texto não substitui o publicado [no Suplemento do D.O de 03/08/2022](#)

Autor	GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS
Legislação Relacionada	Decreto Numerado Nº 9.527 / 2019
Órgão Relacionado	Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária
Categorias	Serviços Públicos Regulamento/Estatuto (normas legais)